

**A “LÍNGUA BRASILEIRA”
VISTA POR MONTEIRO LOBATO¹**

*Edson Ferreira Martins (UFV)²
eferreiramartins@hotmail.com*

Crescerá essa menina [a língua brasileira ou Brasileira], far-se-á moça mulher e sentar-se-á um dia no trono ora ocupado por sua empertigada e conspícuca mãe. Imperará no Brasil inteiro – não como hoje, às ocultas e medrosamente, mas às claras, de justa e de direito; e não na língua falada apenas, mas na falada, na escrita e na erudita. E a velha língua-mãe, que cá vige, mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. (Monteiro Lobato, 1950b)

RESUMO

O presente trabalho visa analisar, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato no conto intitulado *O colorador de pronomes*. Escritor versátil, ao mesmo tempo editor, almejando-se um reformador da cultura brasileira, Lobato desejava promover uma modificação na forma de se conceber língua e gramática no contexto do ensino brasileiro. Partindo especificamente do texto em questão, mas considerando também apontamentos presentes em outras obras do autor, busco identificar os momentos privilegiados da narrativa para a definição das ideias linguísticas defendidas por Lobato, que gravitam em torno de uma motivação central: a valorização das divergências linguísticas entre as duas variedades, o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão e da afirmação da “língua brasileira”.

Palavras-chave:

História das ideias linguísticas. Monteiro Lobato. História da Língua Portuguesa.

¹ Registro meus agradecimentos à Prof^a. Dra. Neiva Ferreira Pinto (UFJF) pela leitura prévia do texto, de que resultaram várias críticas e sugestões feitas à versão preliminar. As falhas persistentes são, naturalmente, de minha inteira responsabilidade.

² Professor Assistente II do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Doutorando em Linguística Histórica pela Universidade de Évora, Portugal.

INTRODUÇÃO

Quando retornou a Portugal, no ano de 1925, o escritor português Miguel Torga contava ainda os dezoito anos de idade. No paquete de volta, levava a experiência de ter vivido os últimos cinco no interior de Minas Gerais, onde, menino pobre, trabalhava literalmente para ganhar o pão, coisa para que a circunstância de ser sobrinho do dono da *Fazenda Santa Cruz* não ajudava muito. Na verdade, até atrapalhava. Vida de roça, telúrica, que ele já conhecia de Trás-os-Montes: capinando, colhendo café, caçando cobras... Esta época de dureza e de pobreza experimentadas não impediu que o escritor dos *Contos da Montanha* desenvolvesse uma relação afetiva com a pátria de Machado, carinho que a memória encarregou-se de alimentar. Ter passado sua adolescência no Brasil era “um dos seus títulos de glória”, diria ele mais tarde. Tanto carinho com uma terra estrangeira teria algo a ver com a linguagem, com a língua portuguesa, com o reino encantado do Verbo? Certo é que, findada a longa viagem de volta, ao desembarcar no cais lisboeta, a primeira sensação que causou nos familiares foi o estranhamento, pela língua que, agora, falava. Os pais acharam estranho o sotaque brasileiro³ do rapaz, e pediram-lhe que acabasse com aquele falar oblíquo:

– Tem paciência... [...] E acaba-me lá com este palavreado! Conversa à moda de cá, que eu assim não entendo.

Meu Pai, pouco sensível às coisas formais e plásticas, não reagia tanto. Mas minha Mãe protestava indignada contra o meu sotaque brasileiro.

– Falas-me português, homem! (*Apud* HERRERO, 1979, p. 203-4)

O estranhamento sentido por esta humilde família portuguesa é provocado pelo sentimento, perceptível na história cultural dos povos, que relaciona, de forma mais ou menos passional, uma sociedade e sua(s) língua(s).⁴ Se pensarmos no campo literário, vamos nos

³ Este episódio da biografia do escritor português, ocorrido em 1925, continua ressoando como uma crença comum no imaginário linguístico dos portugueses, cujos falantes via de regra se sentem, ainda, os “donos” da língua. Como brasileiro que vive em Portugal há dois, tenho podido presenciar situações em que os portugueses se riem quando, surgida esta ou daquela divergência de uso, eles logo concluem que tal acontece porque nós “falamos brasileiro”(!).

⁴ O que nos leva a pensar no escorregadio termo *comunidade de fala*, que pode se aplicar a escalas menores ou maiores, como a do agrupamento de falantes que pertencem a um mes-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

recordar de inúmeros exemplos advindos de certos *carmina*, em que a nostalgia da pátria inspirou os proscritos (uns, exilados de fato, outros apenas na imaginação) a entoarem suas “canções do exílio”, em que a saudade da pátria é também saudade da língua. A *inventio* do tema parece ter sido pensada pela primeira vez por Ovídio, que, mandado para o longínquo e inóspito Ponto Euxino por um enfurecido e moralista Augusto – o mesmo que tutelara outros vates, os do círculo de Mecenas – escreveu nos seus *Tristia*:

Barbarus hic ego sum, qui non intellegor ulli,
et rident stolidi uerba Latina Getae.⁵

Os tempos vão mudando, grandes impérios se esfacelam, outras águias ensaiam seus vôos, e vemos um gramático quinhentista português inflar as velas do nacionalismo linguístico, ao defender que

...bem como os Gregos e Roma haviam por bárbaras totalas outras nações estranhas a eles [...], assi nós podemos dizer, que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa” (Cf. JOÃO DE BARROS, 1971, p. 123).

O tom imperialista de João de Barros não é muito diferente do adotado por Fernão de Oliveira, para quem “melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma” (Cf. OLIVEIRA, 1975, p. 42). Se tivermos em conta a feliz expressão de Nebrija, de que “siempre la lengua fue compañera del imperio”, pode-se compreender melhor as afirmações de Barros e Oliveira. No contexto em que escrevem os fundadores da tradição gramatical portuguesa, o Estado vivencia, com bons ventos, o século das grandes navegações, e as condições socioculturais do Quinhentos impeliram o país a promover o português ao posto de “língua de ensino”, em substituição ao latim, língua da ciência de toda a Europa (MATTOS E SILVA, 2004). Desse modo, a idealização da língua portuguesa – na variedade do PE, naturalmente – como *norma padrão* nasce *pari passu* à tradição da gramatologia portuguesa.

O Brasil também teve a sua querela idiomático-nacionalista. A busca pela consolidação de uma “língua brasileira” é bastante an-

mo bairro, a uma mesma cidade, ou, como é o caso em questão, a toda uma nação.

⁵ “O bárbaro aqui sou eu, porque não sou entendido por ninguém;

e riem-se das palavras latinas os estúpidos dos Getas” (Ov., *Tr.*, V. 10. 37-38, tradução nossa)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tiga, mostrando-se presente, ainda de que forma incipiente, desde os tempos em que o país ainda era uma colônia portuguesa. No caso de nações como o Brasil, onde já havia no território falantes de outras línguas, que viriam a ser aculturados, inclusive linguisticamente, é interessante observar que o caminho trilhado não é o da imposição de um padrão linguístico, mas, pelo contrário, o da “libertação” da língua da metrópole, em busca de uma identidade linguística própria, brasileira. É no século XIX, entretanto, que a questão ganha contornos mais definidos e ares de polêmica, em parte por conta da proclamação da independência do país, invadindo a esfera da política, palco ávido das paixões. Assim, em 1823, a *Constituição* decretada despoticamente por D. Pedro estabelecia que a língua falada no Brasil era a *língua portuguesa* (ORLANDI, 2005, p. 29-30). Três anos depois, o deputado José Clemente propõe ao parlamento brasileiro que os diplomas dos médicos passem a ser redigidos em “língua brasileira”. Por sua vez, na esfera do literário, o debate Brasil vs Portugal ganha força na querela fundada entre José de Alencar, de um lado, e Pinheiro Chagas mais Feliciano de Castilho de outro, estes apontando os “erros” do autor de *Iracema* – ao mesmo tempo em que louvam o legado linguístico luso –, aquele defendendo a legitimidade da língua brasileira. Ainda no âmbito das discussões políticas, como demonstra Luiz Dias (1996), a arenga linguística luso-brasileira perdura na história política de nosso país, mostrando-se novamente vigorosa na década de 1930, pondo-se sempre em evidência a importância do “rótulo”: o Brasil fala português ou brasileiro?

O quadro histórico apresentado sucintamente acima confirma a presença e a importância do tema da identidade linguística no ambiente cultural brasileiro, caminhando-se em direção da busca pela consolidação da língua nacional do país, situação que afetou naturalmente a produção de discursos como o literário e o gramatical, sobretudo a partir da independência do Brasil frente à ex-Metrópole. Nesta época, entretanto, muito pouco se conhecia de fato sobre o que constituía o PB como uma variedade diferente do PE, tampouco se reconhecia a própria diversidade intralinguística do PB no gigantesco território brasileiro. Diante deste estado de coisas, a língua literária se transformaria no espaço privilegiado para a configuração da identidade da língua brasileira, primeiro nas arengas travadas por um José de Alencar, mais tarde sob o impulso revolucionário do movimen-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to modernista. A propósito da língua literária usada no Brasil até então, vale a pena considerar as palavras com que José Veríssimo (1998) abre a sua *História da Literatura Brasileira*, em texto datado de 1915:

A LITERATURA QUE SE *escreve* no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, *apesar da comunidade da língua*, não é mais inteiramente portuguesa. (Grifos meus)

Pode parecer contraditório Veríssimo defender neste passo a *comunidade de língua* entre Brasil e Portugal, mas o historiador está tomando a expressão num sentido que, permanecendo ainda hoje, nada mais é do que aquilo que faz com que reconheçamos que o brasileiro usa a mesma língua que o moçambicano, o angolano ou o português, para ficar nestes exemplos. Na sua afirmação subjaz a ideia que o português como língua é algo diverso de outras línguas históricas: aquilo que faz com que percebamos que uma pessoa fala uma língua que nos é *estrangeira* (repare-se que este adjetivo é o mesmo que aparece no cognato *estranho*) ou que – no efeito contrário – promove em nós um sentimento de irmandade, nos fazendo sentir de certo modo ligados afetivamente por sermos dialogicamente *eu* e o *outro* parte da comunidade lusófona. Entretanto, afirmar que todos os que pertencem ao universo da lusofonia partilham uma mesma língua só é possível a partir de certa homogeneização dos fatos, em que as particularidades das variedades são postas de lado, em razão de se querer enfatizar a existência de uma realidade mais universalizante, supranacional. Esta visão, digamos, mais conciliadora, a encontramos defendida por Silva Neto (1996, p. 633), que busca compreender as relações entre as variedades brasileira e portuguesa sob o princípio da “unidade na diversidade e da diversidade na unidade”. É assim que o autor defende que a unidade de escrita entre Brasil e Portugal se deve, em parte, “à vontade e à consciência de falar Português, manifestadas pela *elite* colonial, e de imitar os cânones da metrópole, *através da leitura de bons autores e da obediência aos códigos gramaticais de além mar*” (Grifos meus).

À observação do grande romanista brasileiro, falecido em 1960, quando engatinhavam os estudos sociolinguísticos no Brasil, cabe um reparo. Ora, sendo a língua uma das mais importantes manifestações discursivas da identidade, e levando-se em conta a busca

da expressão do pensamento e do sentimento brasileiros de que fala Veríssimo, a postura de “obediência aos códigos gramaticais de além-mar” não poderia representar o comportamento linguístico de toda a gente que formava o corpo real e heterogêneo daquela “elite colonial”. Vista sob este prisma, a espinhosa questão da variação intralinguística é reduzida a uma análise superficial, que desconsidera a complexa rede de contatos linguísticos travados entre a língua do colonizador e as línguas indígenas, africanas e, mais tarde, de imigrantes que conviveram na sócio-história do país.⁶ Mais condizente com a realidade da formação histórica do PB é reconhecer que o idioma que se denomina de forma homogeneizadora como *língua portuguesa* veio a constituir-se lentamente, *pari passu* ao processo de colonização e de descolonização do Brasil, num *topos* de confronto entre as duas culturas, do que deriva um outro *topos*, o da gradativa afirmação da cultura brasileira, de que a língua é uma manifestação, naturalmente, das mais importantes.

A referência que fiz à obra de José Veríssimo é interessante para o propósito deste texto também num outro aspecto. É que sua história da literatura termina, como aponta o subtítulo, tendo Machado de Assis por último autor analisado. Estamos em 1915, a três anos da estreia literária de Monteiro Lobato, mais precisamente a cinco da primeira edição de *Negrinha*, conjunto de contos em que o escritor paulista cria as páginas surpreendentes de uma das histórias⁷ recolhidas no livro. Trata-se do conto intitulado *O colocador de pronomes*, sobre o qual proponho uma leitura que revise, em seu conjunto, as ideias linguísticas desenvolvidas por Lobato ao longo da narrativa. Escritor versátil, mas também editor, educador, almejando-se um reformador da cultura linguística brasileira, Lobato se vale, no conto em questão, de uma verve que muito dá a pensar sobre as modifica-

⁶ Sobre o assunto, veja-se Guimarães (2005), *A língua portuguesa no Brasil*. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, pp. 24-6.

⁷ Segundo Alberi, *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da Gramática”* (Dissertação de mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 84, ainda que publicado originalmente em 1924, *O colocador de pronomes* aparece pela primeira vez editado em forma de livro somente em 1935, numa reunião de contos do autor, provenientes de suas obras *Urupês*, *Negrinha* e *O macaco que se fez homem*. Nas edições atuais da obra de Lobato, porém, o conto é editado como parte de *Negrinha*.

ções que desejava promover na forma de se conceber língua (seja no uso literário, seja no popular) e gramática no contexto brasileiro das primeiras décadas do século passado, fazendo convergir em seu texto certos movimentos que apontam para a valorização das divergências linguísticas entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), em favor da expressão da nacionalidade brasileira. Noutras palavras, Lobato procurar realçar as diferenças naquilo que, poucos anos antes, Veríssimo via apenas como semelhanças linguísticas no plano formal da Literatura Brasileira.

1. Do santo ao gramático: a expressão do dogma

O interesse de Lobato sobre as questões de língua e linguagem é uma marca recorrente em sua obra. Quando se pensa nesta temática lobatiana, vem à mente do leitor de Lobato a sua *Emília no país da Gramática*, livro que faz parte da produção lobatiana denominada “literatura infantil”. Não é propósito deste texto discutir este tipo de classificação, mas, se é válida esta distinção conforme um público específico destinatário do texto, *O colocador de pronomes* se enquadraria na denominada “literatura para adultos”. Lobato começou a redação da história ainda em 1917, conforme comprova sua correspondência com Godofredo Rangel⁸, vindo a publicá-la pela primeira vez apenas em 1924.

O tom satírico é a marca inconfundível do texto, com o uso da técnica da caricatura, embora a maneira com que o narrador abra a história nos dá a falsa impressão de que se vai escrever um panegírico à vida do protagonista, o filólogo Aldrovando Cantagalo. Sua vida foi quase de todo insossa. Não há muito que se contar de sua existência particular, pois que o homem não vivenciou as coisas humanas da vida – amores, dilemas, medos. Teria passado mesmo despercebido pelo mundo, não fosse algum lampejo vital que lhe arrebatou o espírito ao amor incondicional pela gramática e a língua. Mas não qualquer gramática/língua. Ainda que brasileiro, do interior paulista, Al-

⁸ Eis um trecho da carta de 11.12.1917: “Estou com aquele conto gramatical a me morder a cabeça como um piolho. Vida, aventuras, males, doenças e morte trágica dum sujeito, tudo por causa da gramática.” Cf. M. Lobato, *A barca de Gleyre*, vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1950.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

drovando é admirador prostrado da gramática e da língua lusa. De modo que sua biografia, um drama particular, tem como marcos estes dois acontecimentos em que assombra o fado do destino: filho de um pronome mal colocado, ele “veio ao mundo em virtude dum erro de gramática”, e morreu “vítima dum novo erro de gramática”: “Mártir da gramática, fique este documento da sua vida como pedra angular para uma futura e bem merecida canonização.”

Rompida a primeira página, a primeira impressão da *laudatio* em relação à memória de Aldrovando se esvai tão logo se avance na leitura da história. O leitor percebe, na verdade, que está diante de um narrador extremamente irônico, que busca fazer uma caricatura do linguisticamente castiço Aldrovando. Apoiando-se no recurso à ironia, em busca de fornecer “subsídios” memorialísticos para um possível processo de beatificação de Aldrovando, Lobato se vale de inúmeras comparações entre o campo de atuação do cientista (afinal, estamos a falar de um filólogo, um cientista da linguagem) e o campo de atuação do homem de religião. É fundamental entender o uso desta estratégia argumentativa – a ironia –, para se compreender como Lobato pretende satirizar certo tipo de gramático e de gramática, ao mesmo tempo em que expõe seu ponto de vista sobre língua e linguagem. Analisemos, portanto, os momentos da narrativa em que o filólogo flerta com o santo.

Começemos por reler a citação em destaque que fiz pouco acima. Repare-se que Aldrovando é um *mártir* da gramática. A escolha vocabular lobatiana⁹ me parece estilisticamente bastante interessante, desde que se observe a etimologia da palavra. Pensando em termos absolutamente sincrônicos, o mártir é aquele “que padeceu tormentos e até a morte pela fé” (Cf. AULETE, 1952, s.v.), donde se percebe a semantização da palavra pela via do cristianismo. Mas a palavra, na sua origem grega, significa *testemunho*. Desta perspectiva, a ideia semântica de *sofrimento/padecimento* presente na palavra deve ser entendida como uma consequência do ato de se dar teste-

⁹ Em qualquer (bom) escritor, naturalmente que a seleção do léxico é um componente da manifestação do estilo. No caso de Lobato, entretanto, esta busca pela palavra justa era uma verdadeira tarefa lexicográfica, pois o autor passava horas e horas lendo o dicionário *Caudas Aulete*, no que via um prazer pitoresco, como o de um general que vê 70 mil homens a desfilar, cada um de um jeito (cf. *A Barca de Gleyre*, 1º tomo, p. 263).

munho de algo. Este significado primevo do léxico pode ser depreendido, por exemplo, da leitura do seguinte trecho do Evangelho de João (1, 6), em que o apóstolo afirma: "Houve um homem enviado da parte de deus, o nome dele era João; *este veio para testemunho a respeito da luz.*"

O cotejo com o texto grego original (transcrevo apenas o trecho em negrito) elucida a questão: οὗτος ἦλθεν εἰς μαρτυρίαν περὶ τοῦ φωτός (Cf. BRANDÃO, 2005, p. 60). Em outras palavras, quero dizer que, se entendemos que João Batista foi um mártir do incipiente cristianismo porque sofreu (teve a cabeça decepada!), seu padecimento foi causado por um ato anterior (o testemunho a respeito da luz), sentido que a palavra (mártir/martírio) guarda na sua origem. Ora, a ironia da expressão lobatiana, ao taxar Aldrovando de um “mártir da gramática”, se revela na constatação de que o professor-filólogo é, quando muito, um pseudomártir (cuja grande causa por que morreu não existe, a não ser para ele). Também pincelada de fina ironia está a consideração que o narrador diz almejar para a sua *laudatio* às avessas, sugestivamente definida, a partir da alegoria bíblica, como a “pedra angular” da futura santificação do dito cujo.

O Aldrovando construído por Lobato é um ávido leitor de literatos portugueses. Interessava-lhe, entretanto, a *gramática*, e não a *língua*, pois que o nosso professor só tinha olhos para o pernostismo da forma, para a casca desta succulenta expressão literária. Se, por um lado, na adolescência já tinha desenvolvido uma estranha forma de estimular seu prazer, quando “apalpava com erótica emoção a gramática de Augusto Freire da Silva”, feito homem não deixou de confirmar “este latejar do furúnculo filológico”. Lia todos os clássicos portugueses: Filinto Elísio, Lucena, Rodrigues Lobo, Fernão Mendes Pinto, Frei Pantaleão do Aveiro. Sem falar de Vieira, em quem “viveu, três anos, acampado”. O culto deste cânon lusitano gerava em Aldrovando uma reverência ao (denominado hoje) PE, que se apresenta a ele como um código linguístico perfeito, qual uma revelação do verbo divino aos homens de pouca fé. Textualmente, Lobato vai dizer que,

A língua lusa era-lhe [para Aldrovando] um tabú **sagrado** que atinge a perfeição com Fr. Luiz de Souza, e daí para cá, salvo lucilações

Neste ponto do texto, o detalhe revelado sobre a preferência de Aldrovando, dentre tantos mestres da *ars recte loquendi et scribendi*, pelo vernáculo de Frei Luís de Sousa é significativo para a conclusão da narrativa. Mais adiante, quando Aldrovando, apelando para a última forma de cumprir seu legado apostólico na terra, termina de compor sua obra máxima em “três tomos de 500 páginas cada um, corpo miúdo”, não hesita em imortalizar, na pungente dedicatória, o nome do sacerdote e escritor português:

Dedicou-o a Fr. Luiz de Souza:
Á memória daquele que me sabe as dores,
O Autor.

Mas Deus, parece, se fez surdo, cego e mudo aos sofrimentos de tão dedicado mártir. Com os fados conspirando contra si, um erro tipográfico inesperado – mácula horrenda impressa nas milhares de cópias – expõe o infeliz Aldrovando, nu, em pecado, diante dos leitores:

Aldrovando abancou-se á velha mesinha de trabalho e deu começo á tarefa de lançar dedicatórias num certo número de exemplares destinados á crítica. Abriu o primeiro, e estava já a escrever o nome de Rui Barbosa, quando seus olhos deram com a horrenda cinca:

“daquele QUE SABE-ME as dores”.

Se a dedicatória era simples na forma, tematizando mais as dores do *súdito* que a onisciência seráfica do seu *Senhor*, a grandiosidade imensurável da obra reservaria um posto glorioso no céu a Aldrovando. Lá, ele se sentaria “ao lado direito dos sumos cultores da língua”. Mas o golpe abrupto da mudança de posição do pronome o atinge como um lance final. Acometido de uma iné dita dor humana, a dor gramatical, Aldrovando reverbera o velho diálogo entre Jesus e o Pai, destes dois que também eram, misteriosamente, um; no texto lobatiano, eram necessariamente dois mesmo, Androvando e (observe-se a intimidade¹¹) Luís:

¹⁰ Optei por manter a ortografia original na transcrição dos trechos referentes aos textos de Lobato; As citações de *O colocador de pronomes* são da seguinte edição: M. Lobato, *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

¹¹ O intertexto bíblico parece condicionar o escritor a optar por um só nome nesta reescrita, mas entendo que o texto de Lobato tenha ganhado em ênfase estilística ao sugerir uma maior

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Aldrovando não murmurou palavra. De olhos muito abertos, no rosto uma estranha marca de dor – dor gramatical inda não descrita nos livros de patologia – permaneceu imóvel uns momentos.

Depois, empalideceu. Levou as mãos ao abdômen e estorceu-se nas garras de repentina e violentíssima ânsia.

Ergueu os olhos para Frei Luiz de Souza e murmurou.

– Luiz! Luiz! Lamma Sabachtani?!

Aldrovando, neste momento derradeiro, abandona a prosa lusa, e mostrando seu erudito purismo, dirige-se, na língua do povo eleito, à estátua do escritor. Frei Luiz de Souza convertera-se em Deus. Terminava ali o testemunho e o sofrimento do nosso mártir, que, enquanto pôde, “apostrofou o país com o verbo tonante de Ezequiel.”

Além de compor um texto literário elaborado com um humor refinado, por meio da sátira da figura do gramático de tendência exclusivamente normativista, Monteiro Lobato apresenta também em seu texto posições inovadoras sobre o tratamento de algumas questões linguísticas, que podem ser resumidas em: (i) uma visão lúcida da oposição entre descrição e prescrição gramaticais no estudo do português; (ii) a adoção dos pressupostos teóricos gerais da linguística de orientação naturalista, típicos do século XIX; (iii) uma apologia da diferença linguística como *valor* no contraste entre PE e PB. Nas seções seguintes, passo a comentar o desenvolvimento destas temáticas em/por Lobato.

2. Prescrição versus descrição linguística

Monteiro Lobato apresenta ideias bastante inovadoras no texto em questão. Para se perceber este aspecto de modernidade no escritor paulista, deve-se observar primeiro que *O colocador de pronomes* foi escrito em 1924, época em que os estudos linguísticos de tendência descritivista estavam ainda em processo de formação. Para se ter uma ideia mais clara do que isso significa, basta ter em vista que o *Curso de Linguística Geral* – obra póstuma do suíço Ferdinand

proximidade, isto é, maior afetividade entre o suplicante e o suplicado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Saussure, considerada na história da linguística o divisor de águas da dita linguística moderna – tinha sido escrito, em francês, há apenas quatro anos. E, se falo em “processo de formação” da linguística descritiva, isto é válido mais para os contextos europeu e norte-americano, pelo surgimento das escolas de diferentes correntes estruturalistas. No que se refere ao contexto brasileiro, os avanços científicos conseguidos pela linguística estruturalista demorariam algumas décadas a se fazer sentir, em que pesem as investigações do gênio pioneiro de um Matoso Câmara Jr. Entre nós, começava a se esboçar um saber gramatical brasileiro, construído desde finais do século XIX, por autores como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (também 1887) e Eduardo Pereira (1907), que escreveram obras com uma “tendência gramatical de clara inspiração positivista” (SILVA, 2006). No mais, existiam as publicações consistentes, frutos da tradição de filólogos brasileiros da época, em que figuram, entre outros nomes, os de Said Ali e Antenor Nascentes. Na análise de Maurício Silva, que estudou especificamente o período da gramaticografia entre 1880-1930 (os anos por assim dizer da formação de Lobato), “tudo isso acabava por criar uma espécie de cultura normativista a fundamentar os usos da língua portuguesa no Brasil, como sugerem os mais renomados gramáticos do período”. Lobato via com extremo descrédito a possibilidade de aprendizado da língua a partir desse tipo de tradição gramatical, apoiada no modelo do certo *vs* errado. Noutra carta a Rangel, escrita em 1915, relata uma experiência ruim que teve com o ensino gramatical tradicional (tinha sido reprovado), que gerou nele “uma revolta surda contra gramática e gramáticos”¹².

Como foi possível notar, Lobato procura estabelecer, na análise da vida da personagem Aldrovando, uma relação próxima entre os terrenos da gramática e da religião, ou, melhor dizendo, do gramático e do mártir/santo. Se esta comparação garante um bom fio con-

¹² São costumeiras na obra do escritor as qualificações pouco amigáveis para a figura do gramático e dos que cortejam a filogramatiquice. Além da caracterização de Aldrovando como se-bento, há o trecho exemplar em que Emília define o rinoceronte Quindim, que tinha devorado a *Gramática Histórica* de Eduardo Carlos Pereira, como “um grandíssimo gramático”, cujo traço mais característico era o seu “cascão gramatical” (cf. Uma ideia da senhora Emília. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 42). Em outro lugar, compara os gramáticos a ratazanas (cf. Uma nova interjeição. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 94).

dutor da expressão do humor característico da obra do escritor, ela também permite a Lobato lançar um olhar arguto sobre a função que o gramático e a gramática de orientação normativa tinham (e ainda têm) no estudo e no ensino do português, particularmente na descrição do PB a partir de usos nem sempre são representativos da variedade brasileira do português.

Mas por que Lobato insiste em usar esta comparação sistematicamente na história contada? Ou, perguntando-se de outra forma, mais direta: o que há, efetivamente, de comum entre religião e gramática (normativa)? A resposta é que, assim como a religião, a gramática normativa (GN) se apoia na tradição, no argumento de autoridade, possuindo uma doutrina. Filiado a uma *doutrina gramatical*, o posicionamento do gramático repele do seu horizonte a possibilidade do questionamento, marca fundamental da ciência, preferindo apoiar-se no conservadorismo, nas suas *autoridades*. Como demonstra a história do pensamento filosófico e do pensamento científico, uma das diferenças básicas entre a ciência e a religião é o fato de que a primeira admite a refutação de hipóteses e a reformulação de posições teóricas em seus princípios e métodos investigativos, ao passo que a segunda, por operar na esfera do dogma, não se interessa por admitir correções. Ora, a análise linguística praticada nos moldes normativos trabalha de modo semelhante ao da religião, reconhecendo apenas a tradição como forma correta de descrição dos fatos. Como os fatos que a GN pretende descrever são os fatos de língua, os gramáticos buscam estabelecer quais são os usos considerados corretos com base na análise de obras literárias de alguns escritores, que são eleitos como os verdadeiros representantes da norma culta, que poderia ser entendida na confluência gramática-religião como uma *verdade linguística*. Assim é que Aldrovando apoia-se em Frei Luís de Sousa e no seu séquito de *pais da língua*, como portadores do código divino a ser revelado a todos os falantes possíveis do universo da lusofonia. Para continuar a metáfora religiosa, as outras variedades de português (que não a europeia) são encaradas como falsas religiões, e seus falantes como gentios.

Se a autoridade é inquestionável, pelo seu caráter mediador face ao divino, não há outra escolha (e nem se deseja outra) à GN a não ser utilizar o maniqueísmo como mola-mestra na expressão do dogmatismo gramatical, pois se considera, de um lado, o correto cor-

relacionado com o belo; de outro, resta aquilo que é definido pelos gramáticos em termos negativos: o *não* correto, o *não* belo, isto é, os usos linguísticos tidos como incorretos ou feios. Para a realidade de ensino do português no Brasil daquela época, o Aldrovando desenhado por Lobato é uma figura plena de verossimilhança, em sua maneira preconceituosa de agir, separando o sagrado do profano, os santos¹³ e os sodomistas. Como nos prova a História, os gramáticos – mimeticamente representados na ficção pelo Aldrovando lobatiano – insistem em ver a seara da língua (da língua viva, palpitante, popular, heterogênea) formada por pouco trigo e muito joio.

3. Língua e evolução

Monteiro Lobato (1882-1948) tem sua vida encerrada num momento de virada dos séculos. No conto, é possível perceber a influência que o autor recebeu dos pensamentos científico e linguístico desenvolvidos ao longo de todo o século XIX, época em que os estudos linguísticos foram predominantemente históricos. No plano científico, o conhecimento advindo das postulações darwinistas sobre a evolução da espécie humana tinha proporcionado as condições suficientes para que as ciências pudessem especular sobre seus objetos de estudo de forma mais empírica. No que toca ao estudo da linguagem humana, questionou-se pela primeira vez, de uma forma teórica consistente, a visão bíblica da origem da linguagem (Genesis, 11). A proeminência de Darwin neste século teve impactos consideráveis para os estudos linguísticos. Sofrendo a influência de uma ciência “estranha”, a linguística chegou mesmo a definir seu objeto de estudo, a língua, como um ser com vida própria, independente da vontade de seus falantes, assemelhando-se aos organismos da natureza, que nascem, crescem e morrem. Esta visão das línguas como *plantas* é defendida, entre outros, pelo linguista alemão Augusto Schleicher, na formulação da sua teoria da *árvore genealógica* (*Stammbaumtheorie*).

¹³ Lobato não usa a palavra *santo*, mas é como se a usasse, pois que o mártir é a metade de um santo, um santo em formação. O adjetivo *sanctus* em latim significa *separado*. O casamento entre adjetivo e substantivo vem ao caso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A concepção evolucionista de língua engendra uma ideia de mutação com valor degenerativo, pois entende equivocadamente a língua como objeto natural (e não cultural). Afetada pelas regras da natureza, a língua teria fases de crescimento, amadurecimento e, enfim, a sua morte.¹⁴ Nesta perspectiva, as mudanças que acometem a língua (um organismo vivo) são vistas como deteiorizações gradativas deste organismo. As línguas estariam, nesta ótica, em terreno de competição, e apenas sobreviveriam as mais aptas.

Numa passagem do texto, Monteiro Lobato demonstra conhecer de perto as teorias linguísticas dominantes em sua época. Trata-se da cena em que o autor simula um diálogo entre Aldrovando e um seu contestador. É o gramático quem fala primeiro:

– A ingresia d'hoje, declamava ele, está para a língua, como o cadáver em putrefação está para o corpo vivo.

E suspirava, condoído dos nossos destinos:

– Povo sem língua!... Não me sorri o futuro de Vera-Cruz...

E não lhe objetassem que a língua é organismo vivo e que a temos a evoluir na boca do povo.

– Língua? Chama você língua á garbulha bordalenga que estampam periódicos?

Há dois posicionamentos interessantes aqui. Primeiro, Aldrovando sustenta a ideia purista de que existem duas realidades linguísticas: um barulho informe (ingresia) que, qual um cadáver, já está morto e fedendo; e a verdadeira língua, com “L” maiúsculo, corpo vivo, que já sabemos onde está vivo, para ele. Em seguida, Lobato registra, na voz do narrador, a partir do verbo com agente indeterminado (objetassem), a ideia de língua como organismo vivo, acrescida da observação de que “a temos a evoluir na boca do povo”. Este voz do contestador, que Aldrovando trata por “você”, não é outro senão a do próprio Lobato. As ideias com que tenta refrear o ânimo profético de Aldrovando, mostram-no sintonizado com a visão naturalista de língua predominantemente no novecentos. Além disso, especificamente neste texto, ele aborda o fenômeno da evolução do idioma de

¹⁴ “As palavras nascem, crescem e morrem, como tudo mais”, diz Lobato noutra texto (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 19).

um modo positivista, projetando uma ideia de evolução como progresso na língua.¹⁵ No suposto diálogo não há um desenvolvimento desta ideia progressista; o discurso é assimétrico neste ponto do texto, com o predomínio do azedume de Aldrovando.

Ao longo do texto, porém, Lobato se aproveita das situações embaraçosas da tentativa de militância de Aldrovando para demonstrar onde se pode perceber a evolução na língua portuguesa. O que me parece importante esclarecer na cena dramatizada é que Monteiro Lobato busca opor dois movimentos contrários, duas forças que atuam sobre o fenômeno linguístico: a evolução do idioma, promovida pelo “povo”; e o freio à evolução, defendido pelos Aldrovandos que existem por aí. Uma atitude está voltada para o presente da língua; a outra olha passivamente para o seu passado. Os autores em quem Aldrovando busca o modelo do “falar e escrever corretamente” compuseram seus textos em momentos distantes do português daquela época. Seu cânone “seráfico” admite apenas autores lusitanos, situações preferivelmente entre o renascimento e o barroco.¹⁶

4. A valorização da diferença linguística e do PB

O maniqueísmo com que a GN elabora as suas descrições elitistas do uso linguístico, consoante o modelo frágil do certo *versus* errado, tem a sua contrapartida na defesa da posição de que, nas lín-

¹⁵ Entretanto, em outros momentos de sua obra, pode-se perceber que Lobato adere claramente ao ponto de vista de que a linguagem se degenera com o passar do tempo. Um exemplo, a explicação do verbo *pôr* como representante único da 4ª conjugação (cf. No acampamento dos verbos. In: *Emília no país da Gramática*, 1935, p. 12 e também p. 58): “*Antigamente Pôr pertencia à Segunda Conjugação e chamava-se POER. Mas o tempo, que tanto estraga e muda os verbos como tudo mais, fez que apodrecesse e caísse o E de POER.*” (negritos meus). Seja como for, o Lobato admirador do progresso ou o adepto do naturalismo linguístico está cometendo um equívoco porque a língua não reconhece evoluções nem involuções; modifica-se, na verdade, nem para melhor, nem para pior, mas antes para continuar servindo às (novas) necessidades comunicativas dos falantes.

¹⁶ Registro os autores/épocas que Lobato, sempre satírico, faz com que Aldrovando cultive: Bernardim Ribeiro (1480/1500 - 1530/1545); Fernão Mendes Pinto (1510-1583); João de Lucena (1549/1550 - 1600); Frei Luís de Sousa (1556-1632); Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621); Francisco Manoel de Melo (1608-1666); Padre Antônio Vieira (1608-1697); Frei Panteleão do Aveiro, de quem se ignora as datas de nascimento e morte, mas cuja situação não é muito diferente, pois se sabe que a primeira edição do seu *Itinerário da Terra Santa* é de 1593; Padre Manuel Bernardes (1644-1710); e, finalmente, Filinto Elisio (1734-1819), poeta neoclássico, o autor “mais próximo” que entra no cânone de Aldrovando.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guas, não existem *deficiências*, mas sim *diferenças*. O legado do modelo sociolinguístico (LABOV, 1973), neste sentido, é bastante esclarecedor, ao propor que qualquer comunidade de fala comunga um sistema linguístico estruturalmente complexo, dotado de todas as potencialidades expressivas de que o grupo de falantes necessita. Neste ponto de vista, não há *uma* língua, mas um conjunto de usos (variedades de língua) sócio-historicamente determinados, perspectiva que valoriza o reconhecimento da coexistência de normas e, portanto, da *diversidade linguística*.

Se é verdade que a GN se utiliza deste maniqueísmo para cumprir uma função ideológica, como observa Marcos Bagno (2001: 22), valendo-se de suas definições de correto/incorreto como “um instrumento de legitimação das classes dominantes”, o combate contra esta investida ideológica que visa impor usos linguísticos alheios deve ter na *norma linguística real* o repertório de onde se torna possível separar o que, de fato, é característico de uma variedade linguística (do português brasileiro, por exemplo, ou do europeu, ou ainda pertencente ao português africano, ao asiático etc.) daquilo que representa uma mera *norma linguística ideal*.

Enfocando a importância da língua como característica de cultura, Monteiro Lobato põe em evidência as diferenças linguísticas, ao buscar explorar na narrativa os conflitos gerados pelas diferenças entre o PE e o PB, partindo sempre das situações cômicas em que o malgrado Aldrovando lhe serve como cobaia para a expressão de uma pormenorizada caricatura verbal do modelo do *magister-grammaticus*. Definitivamente Aldrovando, o brasileiro de fala lusa, não se entende com os seus conterrâneos tupiniquins. Falavam e não falavam a mesma língua.

Para compreendermos plenamente a maneira pela qual Lobato visa satirizar a figura do gramático, é necessário focalizar como se dá o uso da *caricatura* como técnica de produção literária na obra do contista brasileiro. Segundo Lia Cupertino Duarte, que estudou pormenorizadamente como o escritor taubateano se apropria do humor em sua obra, o recurso à caricatura é largamente utilizado por Monteiro Lobato. Segundo a autora,

Visto que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, o perfil caricaturesco é a opção escolhida por Lobato como concepção de

uma considerável parcela de suas personagens. Para o autor, a caricatura, indissociada da sátira, é uma forma de punição, de assepsia social e moral, com grande poder de transformação [...] (DUARTE, 2007, p. 269).

Em *O colocador de pronomes*, a construção da personagem Aldrovando é desenhada plena de traços caricaturais. Estamos diante, entretanto, de um tipo de caricatura construída por meio de palavras, onde o processo dialógico da leitura ocorre numa dimensão diferente do que sucede com captação do sentido da imagem, isto é, com a caricatura visual. A personagem se constrói enquanto texto, resultando desta “costura” narrativa uma *caricatura verbal*. Como compreender, então, o delineamento destes traços? Neste jogo entre autor e leitor, para desvelar a tessitura lobatiana, é necessário observar cuidadosamente tanto a caracterização física (do personagem, das coisas à sua volta, do “meio” à maneira tainiana), mas, sobretudo, a linguagem da personagem. No conto em análise, para além das intervenções do narrador de 3ª pessoa, os discursos diretos dão o contorno definitivo da caricatura de Aldrovando. Se Lobato nos apresenta com detalhes os fatos biográficos do “mártir da gramática”, é na língua, na expressão de formas e ideias, que Aldrovando Cantagalo se revela plenamente ao leitor, através de seu vocabulário e de sua sintaxe de contornos tipicamente definidos por construções oriundas do PE.¹⁷

5. Concluindo: no meio do caminho tinha um mistério

O colocador de pronomes demarca, de um lado, um momento de amadurecimento das ideias linguísticas de Monteiro Lobato. A correspondência trocada pelo autor com Godofredo Rangel demonstra que os anos anteriores à redação de *Negrinha* foram uma época de crise intelectual para o autor, que buscava a forma adequada de abordar a questão da língua dentro da perspectiva da afirmação do Brasil como nação (do que decorre a abordagem reformadora da lín-

¹⁷ Para uma análise detalhada da características morfológicas e sintáticas da fala de Aldrovando (momento privilegiado em que Lobato materializa na narrativa as divergências entre as duas variedades), veja-se MARTINS (2008), *Em torno das ideias linguísticas presentes em O colocador de pronomes, de Monteiro Lobato*, disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp04/07.pdf>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gua e da gramática que o autor busca propor com a produção do conto), ao mesmo tempo em que Lobato necessitava elaborar formalmente a sua própria expressão como literato. De outra parte, para além do seu valor literário inestimável, o conto funciona como um documento rico, plurissignificativo, para a compreensão do processo histórico de consolidação da língua literária brasileira, e, por conseguinte, da própria história do PB.

Primeira formulação consistente do pensamento linguístico do escritor, a narrativa nos deixa perceber em Lobato um profundo conhecedor da realidade linguística brasileira, com um faro apurado para a compreensão do comum e do diferente nas encruzilhadas da constituição histórica – nada lineares – entre PE e PB. Obra de um homem para lá de multifacetado: moderno, se não modernista; entusiasta do progresso; pensador das grandes questões culturais do país, da educação popular, pondo em primeiro plano a educação literária e linguística. Fez isso, inclusive, a um só tempo, sem ter de prescindir desta ou daquela abordagem da linguagem, postura que talvez mereça a atenção de alguns profissionais de Letras dos dias atuais que, assumindo posturas tendenciosas – para não dizer questionáveis – no ensino de língua e literaturas em português, pretendem ver estudo linguístico e estudo literário como uma querela neoapocalíptica entre Deus e Mefistófeles. Eis aí mais uma via de leitura, a conciliatória, que o texto nos abre.

Já que fiz aqui a apologia do trabalho interdisciplinar, termino com outro grande escritor, o poeta itabirano, sintomaticamente um dos autores representativos do Modernismo Brasileiro, movimento artístico que tanto lutou para a consolidação da língua brasileira, assim como o fez Monteiro Lobato, este último o autor marco-zero do movimento, como viria a reconhecer, mais tarde, Oswald de Andrade. Seja a última palavra, então, a de Drummond que, com seu verso singelo e potente, poetiza sobre a estranha diglossia que assola o usuário do PB:

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

(ANDRADE, C. D. de. *Aula de português*)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Aula de português*. In: _____. *Esquecer para lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ALBIEIRI, T. M. *Lobato: a cultura gramatical em “Emília no país da gramática”*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*; reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Introdução ao grego antigo*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases e-nunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1996.

DUARTE, Lia Cupertino. *Lobato humorista: a construção do humor nas obras infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Unesp, 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- HERRERO, Jesus. *Miguel Torga poeta ibérico*. Lisboa: Arcádia, 1979.
- LABOV, William. The logic of non standard English. In: KEDDIE, N. (org.) *The myth of cultural deprivation*. Penguin, 1973.
- LOBATO, Monteiro. *Emília no país da gramática*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- _____. *A barca de Gleyre*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1950a.
- _____. Prefácio ao *Dialeto Caipira*. In: _____. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1950b.
- _____. O colocador de pronomes. In: _____. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português brasileiro. In: _____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, São Paulo: Parábola, 2004, p. 109-120.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa; introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.
- ORLANDI, Eni Picerni. A língua brasileira. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. p. 29-30.
- SILVA, Maurício. A gramática brasileira noventa e seis: uma história. *Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. Ano 3, n. 4, 1º semestre de 2006.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.